

**FACULDADE DE DIREITO DE
SÃO BERNARDO DO CAMPO**

PROF. SÍDNEI AGOSTINHO BENETTI

ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA E PRÁTICA CIVIL

**DAXXA
'84**

Prof. SIDNEI AGOSTINHO BENETTI

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
E
PRÁTICA CIVIL

E S C L A R E C I M E N T O

O presente volume contém matéria dilada em classe no ano de 1982.

No ano de 1983 o programa se alterou ante a unificação dos programas do diurno e do noturno, e o acréscimo da disciplina Ética Profissional. Por isso, os números dos pontos deste volume não coincidem com os do programa a partir de 1983.

Mas, o essencial de Organização Judiciária e Prática Civil permanece intacto. Poucas alterações importantes que ocorreram foram inscritas no texto. Daí a utilidade da impressão, realizada pelo Diretório Acadêmico XX de Agosto, para a turma de 1984.

S. B. Campo, abril de 1.984.

Prof. SÍDNEY AGOSTINHO BEUTLI

DIRETORIO ACADÊMICO XX DE AGOSTO

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Agradecemos:

o apoio, incentivo e a orientação
do Dr. SÍDNEI AGOSTINHO BENETTI,
DD. Professor desta cadeira

D.A. XX de Agosto
Gestão 84

I N D I C E

PARTE I ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

CAPÍTULO I

| | |
|---|----|
| - Organização Constitucional da Justiça Brasileira..... | 13 |
| - Justiça Federal..... | 13 |
| - Justiça Militar..... | 14 |
| - Justiça Eleitoral..... | 15 |
| - Justiça do Trabalho..... | 16 |
| - Justiça Estadual ou Comum..... | 17 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|----|
| - Organização da Justiça Estadual ou Comum - Primeira Instância e Segunda Instância..... | 18 |
|---|----|

CAPÍTULO III

| | |
|--|----|
| - Organização da Justiça Estadual ou Comum de 1ª. Instância - O Interior e a Capital - Co marcas e Varas - Varas Cumulativas e Especia lizadas..... | 21 |
|--|----|

CAPÍTULO IV

- Organização da Justiça Estadual ou Comum da Comarca da Capital - Varas do Foro Central (Cíveis, Criminais, de Família e Sucessões, de Acidentes do Trabalho, da Fazenda Estadual, da Fazenda Municipal, de Registros Públicos, do Júri, de Execuções Criminais, de Menores) e Varas Distritais..... 23

CAPÍTULO V

- Organização da Justiça Estadual ou Comum de Segunda Instância - Tribunal de Justiça (1ª. Seção Civil, 2ª. Seção Civil e Seção Criminal), 1º Tribunal de Alçada Civil, 2º Tribunal de Alçada Civil e Tribunal de Alçada Criminal..... 27

CAPÍTULO VI

- Cartórios - Cartórios Judiciais e Extra-Judiciais - Ofícios de Justiça - Cartórios Distribuidores e Partidores - Depositários Públicos - Cartórios de Notas ou Tabelionatos - Cartórios de Registro de Títulos e Documentos - Cartórios de Registro de Imóveis - Cartórios de Protestos - Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais - Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas..... 38

| | |
|--|----|
| - Serviços Auxiliares da Justiça..... | 38 |
| - Ofícios de Justiça..... | 39 |
| - Ofícios de Justiça Propriamente Ditos..... | 39 |
| - Ofícios de Justiça Assemelhados..... | 40 |
| - Denominação dos Funcionários..... | 41 |
| - Cartórios do Foro Extra-Judicial..... | 42 |

PARTE II - PRÁTICA CIVIL (REDACÇÃO FORENSE BÁSICA)

CAPÍTULO VII

| | |
|---|----|
| - Redacção Forense - Requisitos Substanciais : Persuasão, Clareza, Síntese, Elegância e Dignidade - Requisitos Formais: Correção e Boa Apresentação Gráfica - Fases da Elaboração de Peças Forenses: Estudo do Assunto, Organização do Sumário, Redacção do Texto e Revisão..... | 50 |
| - Requisitos..... | 51 |
| - Requisitos Substanciais..... | 51 |
| - Requisitos Formais..... | 53 |
| - Fases de Elaboração de Peças Forenses..... | 54 |
| - 1a. Fase - Estudo do Assunto..... | 54 |
| - 2a. Fase - Organização do Sumário..... | 55 |
| - 3a. Fase - Redacção do Texto..... | 56 |
| - 4a. Fase - Revisão..... | 57 |

CAPÍTULO VIII

| | |
|---|----|
| - Defeitos Comuns na Escrita Forense - Correção - Questionário..... | 58 |
| - Defeitos Comuns..... | 58 |

CAPÍTULO IX

| | |
|--|----|
| - Peças Principais da Redação Forense: Petição Inicial, Resposta do Réu: Contestação, Execução, Reconvencão, Impugnação ao Valor da Causa - Quesitos, Alegações Finais Orais, Memorial, Recursos, Resposta a Recursos..... | 62 |
| - Peças Principais..... | 62 |
| - Petição Inicial..... | 63 |
| - Resposta do Réu..... | 66 |
| - Contestação..... | 68 |
| - Exceção..... | 70 |
| - Reconvencão..... | 71 |
| - Impugnação ao Valor da Causa..... | 73 |
| - Quesitos..... | 74 |
| - Alegações Finais Orais..... | 75 |
| - Memorial..... | 76 |
| - Recursos..... | 77 |
| - Resposta a Recursos..... | 79 |

CAPÍTULO X

| | |
|--|----|
| - Procedimentos Cíveis - Espécies de Jurisdição Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária - Espécies de Processo: Processo de Conhecimento, Processo de Execução e Processo Cautelar - Espécies de Procedimento: Quadro Geral dos Procedimentos Cíveis..... | 80 |
| - Procedimentos Cíveis..... | 80 |
| - Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária..... | 81 |
| - Processo de Conhecimento e Processo de Execução..... | 83 |
| - Processo Cautelar..... | 85 |
| - Espécies de Procedimento..... | 86 |
| - Quadro Geral de Procedimentos Cíveis..... | 88 |
| - Bibliografia Básica para Pedagogia Forense.... | 96 |

PORTE I

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DA JUSTIÇA BRASILEIRA

A Justiça Brasileira é integrada por cinco organismos judiciários, que são os seguintes:

- Justiça Federal, - Justiça Militar, - Justiça Eleitoral, - Justiça do Trabalho e - Justiça Estadual Comum.

JUSTIÇA FEDERAL

A Justiça Federal é composta, na primeira instância, de Juizes Federais (art. 123 da Constituição Federal) e na segunda instância pelo Tribunal Federal de Recursos (art. 121 da Constituição Federal). Para esse Tribunal Federal de Recursos vão os recursos de decisões proferidas pelos Juizes Federais.

Quais as questões que devem ser decididas pelos Juizes Federais?

A competência dos Juizes Federais é estabelecida pelo art. 125 da Constituição Federal.

Nela se colocam causas cíveis e criminais.

No campo cível a competência dos Juizes Federais pode ser lembrada com facilidade se se atentar ao inciso I do art. 125. Esse artigo estabelece que aos Juizes Federais competem: "as causas em que a União, entidade autárquica, ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rês, assistentes ou oponentes, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral ou à Militar.

Hã exceções ao enunciado principal da competência da Justiça Federal acima transcrito. E são as seguintes: falências (inciso I), acidentes do trabalho (inciso X, § 3º, e Lei nº 6.367/76), e execuções fiscais movidas contra devedores domiciliados no interior (art. 126 da Constituição Federal). Essas causas se processam perante a Justiça Estadual.

JUSTIÇA MILITAR

A Justiça Militar se compõe, em primeira instância, dos Juizes e Auditores Militares, e, na segunda instância, do Superior Tribunal Militar (art. 127 da Constituição Federal).

Compete a ela "processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e

as pessoas que lhes são assemelhadas". Essas pessoas assemelhadas são os civis que prestam serviços em unidades ou setores militares, ficando, portanto, sujeitos à disciplina militar.

Além dos militares e dos assemelhados, são sujeitos à Justiça Militar ou civis acusados da prática de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares, bem como outros casos em que constarem de lei, em virtude do parágrafo 1º do art. 129 (como ocorreu com os roubos a bancos).

A Justiça Militar é exclusivamente criminal.

JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral empreende, em primeira instância, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais, e, em segunda instância, os Tribunais Regionais Eleitorais.

Possui, ainda, um Tribunal Superior Eleitoral, destinado à apreciação de recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais. Salienta-se que o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais também funcionam como primeira instância, às vezes.

A Justiça Eleitoral visa à disciplina

dos partidos políticos, à preparação e à apuração de eleições e ao julgamento de crimes eleitorais e conexos, bem como dos "habeas corpus" e mandados de segurança em matéria eleitoral.

A disciplina da Justiça Eleitoral consta dos arts. 130 a 140 da Constituição Federal.

Assinale-se que a matéria da Justiça Eleitoral se resume, em última análise, às questões relativas a eleições. Impossível, portanto, o julgamento de questão civil por ela.

JUSTIÇA DO TRABALHO

A Justiça do Trabalho se compõe de Juntas de Conciliação e Julgamento, em primeira instância, e de Tribunais Regionais do Trabalho, em segunda instância.

Possui, ainda, um tribunal Superior do Trabalho.

A competência da Justiça do Trabalho é a conciliação e o julgamento de dissídios individuais ou coletivos entre empregados e empregadores.

Em poucas palavras, a Justiça do Trabalho se destina ao julgamento de questões relativas a contratos individuais de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

JUSTIÇA ESTADUAL OU COMUM

A Justiça Estadual possui competência cível e criminal para todas as causas que não competirem a uma das outras quatro Justicas. Dessa maneira, diante de uma questão concreta é necessário verificar primeiro se ela não é da competência de uma das quatro Justicas Especiais para, se não o for, ser dirigida à Justiça Estadual ou Comum.

Essa Justiça é composta, em primeira instância, dos Juizes estaduais, e, em segunda instância, dos Tribunais Estaduais, existentes em cada Estado da Federação.

A constituição Federal organiza a Justiça Estadual em seu artigo 144.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL OU COMUM - PRIMEIRA INSTÂNCIA E SEGUNDA INSTÂNCIA.

A Justiça Comum é organizada em cada Estado pelo próprio Estado, com observância, entre tanto, de alguns padrões gerais traçados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Emenda Constitucional nº 7, de 1.977, e Lei Complementar nº 35, de 1.979).

Ela se organiza estadualmente, em primeira e em segunda instância.

A primeira instância é composta de Juizes de direito, distribuídos em Comarcas, que são a divisão territorial judiciária do Estado. Algumas Comarcas são divididas em Varas, de acordo com a quantidade de Juizes de direito titulares que contêm.

— As Comarcas, se tiverem apenas uma Vara tem forçosamente competência cumulativa, quer dizer, o mesmo Juiz julga as questões cíveis e criminais que competem à Comarca. Saliente-se ainda que ele será também o Juiz eleitoral da Zona Eleitoral correspondente e acumulará a Justiça do Trabalho, se a Comarca não estiver inserida no Território de alguma Junta de Conciliação e Julgamento.

As Comarcas de mais de uma Vara podem ser divididas em Varas cumulativas, isto é, que julgam cível e crime, ou especializados, ou seja, umas destinadas somente ao crime e outras somente ao cível, podendo, ainda, haver especialização por subdivisão de assuntos cíveis e subdivisão de as suntos criminais.

Na Segunda instância a Justiça Comum se organiza em tribunais. Há previsão, na Constituição Federal, de existência, obrigatoriamente, de um Tribunal de Justiça por Estado e, facultativamente, de Tribunais de Alcada para os Estados que os desejarem.

A exemplo do que ocorre com a primeira instância, também os tribunais podem se especializar integral ou parcialmente em cível e crime, bem como podem especializar suas ações criminais ou cíveis de acordo com os assuntos.

No Estado de São Paulo, a Segunda Instância é composta de quatro Tribunais:

1º) Tribunal da Justiça, dividido em três seções: 1a. Seção Civil, 2a. Seção Civil e Seção Criminal, funcionando todas no Palácio da Justiça, na Praça Clóvis Beviláqua.

2º) 1º Tribunal de Alcada Civil, situado no Pátio do Colégio.

3º) 2º Tribunal de Alcada Civil, situa

do no Forum João Mendes Jr., na Praça João Mendes.

49) Tribunal de Alcada Criminal, situado, também, no prédio do Forum João Mendes Jr.

Todos os Tribunais funcionam na Capital do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL OU COMUM DE 1ª. INSTÂNCIA - O INTERIOR E A CAPITAL - COMARCAS E VARAS - VARAS CUMULATIVAS E ESPECIALIZADAS.

A Justiça Estadual de primeira instância no Estado de São Paulo é organizada pela Resolução nº 2/77, do Tribunal de Justiça e pela Lei Estadual nº 3.947, de 8.12.1983.

O art. 28 da Resolução 2 estabelece os critérios com base nos quais são escalonadas as Comarcas, em ordem ascendente de importância. Esses critérios são o movimento forense, a população, número de eleitores, receita tributária dos municípios que integram as Comarcas e condições de auto-suficiência e bem estar necessárias à moradia permanente de Juizes e demais servidores da Justiça.

Segundo esses critérios o Estado de São Paulo está dividido em quatro categorias de Comarcas, correspondentes a quatro entrâncias. Essas entrâncias são enumeradas nos arts. 30, 31, 32 e 33 da Resolução, denominando-se primeira entrância, segunda entrância, terceira entrância e entrância especial, esta última correspondente somente à Comarca da Capital.

Em cada uma das entrâncias o em

uma das Comarcas há uma divisão do serviço judiciário, efetuada nos mesmos artigos da Resolução nº 2.

Relembre-se que, nas Comarcas de mais de uma Vara, estas podem ser cumulativas ou especializadas, ocorrendo a especialização nas Comarcas de terceira entrância, as maiores do Estado, como se vê no art. 32 da Resolução nº 2 (ex.: Campinas, Santo André, São Bernardo, Rio Preto, Ribeirão Preto, Santos, etc.).

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL OU COMUM NA COMARCA DA CAPITAL - VARAS DO FORO CENTRAL (CÍVEIS, CRIMINAIS, DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, DE ACIDENTES DO TRABALHO, DA FAZENDA ESTADUAL, DA FAZENDA MUNICIPAL, DE REGISTROS PÚBLICOS, DO JÚRI, DE EXECUÇÕES CRIMINAIS, DE MENORES) E VARAS DISTRITAIS.

A Comarca da Capital contém a divisão judiciária mais complexa do Estado e do país. Devido às suas dimensões territoriais, à sua população e à particular complexidade das causas geradas pelas características sócio-econômicas da Capital de São Paulo, foi necessário estabelecer a sua complexa organização.

É importante lembrar que a competência estabelecida para as Varas da Comarca da Capital é caracterizada como absoluta, e não realtiva, de modo que não é tolerado pelo Juiz o ajuizamento da ação em Juízo incompetente, ainda que a parte contrária nada alegue.

A Comarca da Capital é composta, segundo o art. 24 do Código Judiciário do Estado (Decreto-Lei Complementar nº 3/69), de Varas Especializadas, situadas no Fórum João Mendes Jr. e no Palá

cio da Justiça (Foro Central) e de Varas Distritais situadas em vários bairros da Capital (Foro Distrital), bem como do Juízo de Menores (art. 24, § 2º, do mesmo diploma), este dividido em Juízo do Centro, localizado no fórum João Mendes Jr., e Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste, instaladas nos bairros desses pontos cardeais.

O organograma da Comarca da Capital é o seguinte :

COMARCA DA CAPITAL

- Foro Central (Varas Especializadas - art. 27 - DL nº 3/69)
 - Ramo Criminal
 - a) Varas Criminais
 - b) Varas do Júri
 - c) Vara das Execuções Criminais
 - Ramo Cível
 - a) Varas Cíveis
 - b) Varas da Fazenda Estadual
 - c) Varas da Fazenda Municipal
 - d) Varas da Família e Sucessões
 - e) Varas de Registros Públicos
 - f) Varas de Menores
 - g) Varas de Acidentes do Trabalho
- Foro Distrital (Varas Distritais - art. 51 - Pos. nº 2)

- Santo Amaro
- São Miguel Paulista
- Itaquera
- Lapa
- Tatuapê
- Vila Prudente
- Ipiranga
- Santana
- Casa Verde
- etc. (art. 51 - Resolução nº 2).

As ações se distribuem entre essas Varas da Comarca da Capital de acordo com as regras de competência estabelecidas, em primeiro lugar, pelos arts. 94 e 101 do Código de Processo Civil, e, em segundo lugar, pelos arts. 28 a 40 do Código Judiciário (DL nº 3/69) e 53 a 54 da Resolução nº 2.

É preciso, então, diante do ajuizamento de uma ação, observar, antes de mais nada, em juízo, pelo local e pela matéria, deverá ser proposta (Verificação no Código de Processo Civil) e, em seguida, será necessário fazer o encaixe do assunto em um dos dispositivos que regulam a divisão dos territórios das Varas de São Paulo e a competência a elas destinadas.

Sempre é necessário verificar os três diplomas legais aludidos.

Devem ser realizadas várias leituras a
tentas de todos esses dispositivos legais.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL OU COMUM DE SEGUNDA INSTÂNCIA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA (1ª. SEÇÃO CIVIL E SEÇÃO CRIMINAL), 1ª TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL, 2ª TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL E TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL.

Os tribunais que compõem a segunda instância da Justiça Estadual são enumerados no título do capítulo. A localização geográfica deles já foi exposta no capítulo II.

A competência desses tribunais é regulada pelos artigos 108 e 109 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar Federal nº 37, de 1.979), combinados com os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Estadual nº 225, de 1.979.

A explicação dessa competência consta de Provimento do Presidente do Tribunal de Justiça e consta do item 108 do Capítulo III das Normas de Serviços de Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (Capítulo III, item 108).

O Provimento nº 29/84, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim discrimina as competências :

PROVIMENTO nº 29/83 de 20 de fevereiro
de 1984.

1) TRIBUNAL DE JUSTICA

A. PRIMEIRA SEÇÃO CIVIL

Ações relativas a servidores públicos
em geral.

Ações relativas à economia interna de
sociedades anônimas, tendo por objeto, principal-
mente, a titulariedade de ações, o controle acioná-
rio, as deliberações da Assembléia Geral, do Conse-
lho de Administração ou da Diretoria, a apuração
de responsabilidade de administradores e a consti-
tuição de órgãos diretivos.

Ações relativas a fundações e a socieda-
de de fato resultantes do concubinato.

- Anulação de Casamento

 Separação Judicial

 Divórcio

 Testamento e Codicilo

 Interdição

- Alimentos

 Tutela e curatela

 Inventário e partilha ou arrolamento

 Compra e venda mercantil

 Falências e concordatas e todos seus
incidentes.

- Investigação de paternidade

Petição de herança

Avaliações Judiciais disciplinadas pelo Código de Mineração e seu Regulamento (Decretos -lei n°s 227, de 28.2.1967 e 318, de 14.3.1967, e Decreto n° 62.934, de 2.7.1968)

Usucapião

Divisão

Demarcação

Imissão de posse

Núnciação de obra nova

Alienação judicial relacionada com matéria da Primeira Seção Civil

Ação popular

Ação pauliana

Retificação, restauração e suprimimento de registro Civil

Retificação de registro imobiliário

Patente de invenção ou marca de fábrica

Responsabilidade civil em geral

Ações derivadas de acidente do trabalho, fundadas no Direito Comum

Reparação civil decorrente da desistência de ato expropriatório

Reivindicatória do bem imóvel

Licitações e demais atos do Direito Administrativo

Execução contra devedor insolvente

Todas as demais ações cíveis que não se inscrevam na competência recursal de outros órgãos do Tribunal de Justiça ou dos Tribunais de Alçada.

B. SEGUNDA SEÇÃO CIVIL

- Ações ou execuções de natureza fiscal ou parafiscal de interesse da Fazenda do Estado de São Paulo e suas autarquias

- Desapropriação

Apossamento administrativo (Desapropriação indireta)

- Ações relativas a loteamento

Ações relativas a compromisso de compra e venda e respectivas cessões de direito

Venda de quinhão em coisa comum

Venda, locação e administração de coisa comum, ressalvada a competência do 2º Tribunal de Alçada Civil quanto a contratos de locação celebrados entre os administradores da coisa comum e terceiros

- Seguros de vida ou de acidentes pessoais, de que resulte morte ou incapacidade, excluídos - os seguros obrigatórios ou facultativos relacionados com acidentes de veículos

Recuperação, anulação ou substituição

de titular ao portador

Empreitada, mediação, representação -
comercial de qualquer natureza e locação de servi-
ços

Ações do interesse do pessoal de o
bras das pessoas jurídicas de direito público in
terno ou de fundações, sociedades de economia mis
ta e empresas públicas, com ou sem personalidade
jurídica, sob regime da Consolidação das Leis do
Trabalho

Ações fundadas na Lei estadual nº
4.819, de 26 de agosto de 1958

Ações relativas a sociedades ou a
associações civis, comerciais ou religiosas, ex
cluídas as fundações e as sociedades anônimas

Ações derivadas de consórcios ou de
veículos ou de outros bens móveis duráveis

Ações relativas a contribuições sindi
cais

Alienação judicial relacionada com ma
téria da Segunda Seção Civil

C. SEÇÃO CRIMINAL

Ações penais relativas a crimes sujei
tos a pena de reclusão, exceto os delitos contra o
patrimônio

Crimes contra o patrimônio, quando o

corra o evento morte

Infrações penais envolvendo tóxicos
ou entorpecentes

Crimes falimentares

Crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores

D. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Processos de dúvida de serventuários
dos Registros Públicos

E. CÂMARA FEDERAL

Conflitos de Competência entre Juizes
de primeira instância

Exceções de suspeição ou de impedimento
contra os mesmos juizes

OBS. Estes feitos são julgados na
1ª Câmara Especial quando objeto de arguição autônoma

Processos de jurisdição especial de
menores

Recursos das decisões originárias do
Corregedor Geral da Justiça nos processos disciplinares relativos aos titulares e funcionários das
serventias judiciais e extrajudiciais e oficiais
de justiça

2) PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALCADA CIVIL

Ações relativas a bens móveis ou imóveis
ventes

Condomínio: cobrança de tributos e de
despesas condominais

Responsabilidade civil advinda de danos
em prédio urbano ou rústico

Responsabilidade civil derivada de danos
ocasionados por acidentes de veículos; cobran-
ça do valor do respectivo seguro facultativo ou
obrigatório e ações regressivas de ressarcimento

Adjudicação compulsória

Comissão mercantil

Condução e transporte e seguros correla-
tivos

Mandato

Edição

Depósito de mercadoria

Direito de vizinhança. Ações baseadas
em posturas edilícias. Uso nocivo de propriedade

Retribuição ou indenização a depositário
ou leiloeiro

Servidão de caminho e direito de passa-
gem

Ações relativas a honorários de profes-
sionais liberais

Ações ou execuções de natureza fiscal,
de interesse das Fazendas Municipais

Ações discriminatórias de terras

Venda a crédito com reserva de domínio

Alienação fiduciária em garantia

Ações possessórias

Cobrança de crédito de serventuário -

da Justiça, de perito, de intérprete e de tradutor

Execução por título extrajudicial, em

geral (Letra de Câmbio, nota promissória, duplica-

ta, cheque, confissão de dívida, hipoteca e outros)

e ações correlatas para anulação, cancelamento e

sustação de protesto; e semelhantes

Gestão de negócios

3) SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL

Ação de Acidente de trabalho

Locação de imóveis

Arrendamento rural

Parceria agrícola

Comodato

4) TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL

Ações penais relativas a infracções pe-

nais a que não seja cominada pena de reclusão, ex

cluídas as referentes a crimes de responsabilidade

de Prefeitos e Vereadores, a tóxicos ou entorpecen

tes e a crime falimentares

Crimes contra o património, exceto quan
do resultar o evento morte

Os dispositivos legais, como base nos quais foi organizada a discriminação anterior de competência são os seguintes:

Arts. 108 e 109 da Lei Complementar Federal nº 35 de 14/03/1979, combinados com arts. 16 e 17 da Lei Complementar Estadual nº 225, de 13/11/1979.

- I) Lei Complementar Federal nº 35; de 13/03/1979 com alterações da Lei Complementar Federal nº 37, de 13/11/1979.

Art. 108

III - Limitar-se-ã a competência do Tribunal de Alcada, em matéria cível, a recursos :

a) em qualquer ações relativas ã locação de imóveis, bem assim nas possessórias;

b) nas ações relativas ã matéria fiscal da competência dos municípios;

c) nas ações de acidentes do trabalho;

d) nas ações de procedimento sumariíssimo, em razão da matéria;

e) nas execuções por título extrajudicial, exceto as relativas ã matéria fiscal da competência dos Estados.

IV - Limitar-se-ã a competência do Tribunal de Alcada, em matéria penal, a "habeas corpus" e recursos :

a) nos crimes contra o patrimônio, seja qual for a natureza da pena cominada;

b) nas demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, excetuados os crimes ou contra^{ven}ções relativas a tóxicos ou entorpecentes, e a falência.

Art. 109

Nos casos de conexão ou continência entre ações de competência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, prorrogar-se-ã a do primeiro, o mesmo ocorrendo quando em matéria penal, hou^{ver} desclassificação para crime de competência do último.

II - Lei complementar Estadual nº 225 , de 13/11/1979.

Art. 16 - Uma vez instalados os órgãos a que se refere o art. 15, aos tribunais de Alçada competirão:

I - Ao Primeiro Tribunal de Alçada Civil:

a) as ações de procedimento sumaríssimo em razão da matéria, salvo quando forem atribuídas a outro Tribunal;

b) os demais feitos cíveis autorizados pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional, ressal

vados os atribuídos pelo inciso seguinte ao Segundo Tribunal de Alçada Civil.

II - Ao Segundo Tribunal de Alçada Civil:

- a) as ações relativas a acidentes do trabalho;
- b) as ações decorrentes da locação de imóveis;
- c) as ações de procedimento sumaríssimo em razão de arrendamento rural, parceria agrícola e comodato.

III - Ao Tribunal de Alçada Criminal, as ações penais autorizadas pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional, excetuadas :

- a) as relativas a crimes contra o patrimônio, quando ocorra o evento morte;
- b) as referentes a crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, qualquer que seja a pena.

Parágrafo Único - A competência dos Tribunais de Alçada, em razão da matéria, do objeto, ou do título jurídico, é extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento.

CAPÍTULO VI

CARTÓRIOS - CARTÓRIOS JUDICIAIS E EXTRA-JUDICIAIS-
OFÍCIOS DE JUSTIÇA - CARTÓRIOS DISTRIBUIDORES E
PARTIDORES - DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS - CARTÓRIOS DE
NOTAS OU TABELIONATOS - CARTÓRIOS DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS - CARTÓRIOS DE REGISTRO DE
IMÓVEIS - CARTÓRIOS DE PROTESTOS - CARTÓRIOS DE
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS - CARTÓRIOS DE
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS.

SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

O termo "cartório" indica uma variedade de unidades de serviço ligadas ao Judiciário. Devido a essa ligação, a organização e o funcionamento dos Cartórios são cometidos ao Poder Judiciário.

Na verdade, alguns tipos de cartório na da teriam propriamente que ver com o objetivo do Poder Judiciário, que é o exercício da jurisdição, isto é, o poder de julgar os processos, compondo lides ou integrando vontades (jurisdição contenciosa ou voluntária).

Alguns cartórios apenas registram atos ou fatos jurídicos, de forma que não se destinam a auxiliar diretamente o exercício jurisdicional. Mas, como esses atos ou fatores jurídicos podem derivar

matérias que exijam posteriormente a dirimência jurisdicional, ficam os cartórios entrosados no aparelhamento judiciário, em sentido amplo.

Todos os Cartórios compõem o que se denomina Serviços Auxiliares da Justiça.

OFÍCIOS DE JUSTIÇA

Quando ligados direta e imediatamente à atividade jurisdicional, são os Cartórios denominados Ofícios de Justiça.

Esses ofícios de justiça geralmente ficam nos próprios Foruns e movimentam, de alguma forma, processos judiciais, prestando apoio material à movimentação de autos e papéis necessários aos julgamentos dos processos pelos Juizes

Os ofícios de justiça são previstos nos arts. 194 a 200 do Código Judiciário do Estado (Decreto-Lei Complementar nº 3/69).

OFÍCIOS DE JUSTIÇA PROPRIAMENTE DITOS

Alguns ofícios de Justiça realizam toda a movimentação dos processos. São os ofícios de justiça propriamente ditos, compostos, nas Comarcas do Interior, geralmente de um, dois ou mais uns poucos cartórios, e, na Comarca da Capital, de

enorme quantidade de cartórios, ligados, cada um a uma vara jurisdicional.

No interior, como na Capital, são tantos quantos forem as Varas. No interior, serão 1º Ofício, 2º Ofício, etc., e/ou Criminal. Na Capital, todas as funções desempenhadas por esses ofícios do interior estarão desdobradas em várias unidades especializadas, havendo, portanto, ofícios de justiça cíveis, criminais, de júri, fazenda pública, menores, acidentes do trabalho e distritais (art. 204 do Código Judiciário, Decreto-Lei Complementar nº 3/69).

OFÍCIOS DE JUSTIÇA ASSEMELHADOS

Outros ofícios de justiça praticam apenas alguns atos relativos aos processos judiciais. São assemelhados aos Ofícios de Justiça, mas não propriamente ofícios de justiça.

Os processos judiciais não ficam permanentemente neles, sob sua responsabilidade. Apenas vão até eles para a prática de atos que lhes competem, devido a sua especialização.

Esses ofícios de justiça são: Cartórios Distribuidores e Partidores, Depositários Públicos e Contadores.

Note-se: Os Distribuidores apenas dis

tribuem os feitos entre os Juizes e os Offícios de Justiça propriamente ditos e fornecem certidões da existência dos processos aos interessados.

Os partidos realizam as partilhas judiciais, relativas, principalmente a inventários e arrolamentos.

Os Contadores efetivam as contas de liquidação dos processos, estabelecendo montantes de dinheiro precisos, que alguém nos autos tenha de pagar. Realizam, também, por vezes, cálculos de custas e outras verbas a serem recolhidas ou devolvidas.

Os Depositários Públicos se prestam à conservação de bens em geral para o período de duração do processo. Existem raríssimos depositários públicos atualmente no Estado de São Paulo, ante a determinação legal de extinção, à medida em que se vagarem os cargos de seus Escrivães.

DENOMINAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

A enumeração acima esgota o rol de officios de Justiça, ou seja, cartórios ligados diretamente à atividade jurisdicional.

Os funcionários desses Cartórios são considerados auxiliares da justiça e a disciplina básica de seus atos está, no âmbito cível, nos

arts. 140 a 144 do Código de Processo Civil.

Existem, também, inúmeros dispositivos esparsos no Código de Processo Civil que se referem a atos desses auxiliares da justiça.

Atente-se: esses funcionários desses cartórios são auxiliares da justiça porque praticam atos nos processos em que o Judiciário decide as causas, realizando a Justiça.

Eles escrevem mandados, registram processos, escrituram cargas de autos, fazem contas de dinheiros dos processos, juntam petições e documentos aos processos. Enfim, praticam enorme quantidade de atos necessários à documentação do que ocorre nos processos. Numa palavra: auxiliam o Juiz. E, em consequência, a Justiça, porque o Juiz não poderia, sem a divisão do serviço de documentação geral, conservar o teor de todos os documentos dos processos na memória, nem guardar os papéis produzidos em cada um dos processos, sem os perder.

Daí a necessidade dos serviços auxiliares.

CARTÓRIOS DO FORO EXTRA-JUDICIAL

Os Cartórios que não são ofício de Justiça são denominados Cartórios do Foro Extra-Judicial.

"Extra" porque não se destinam a assessorar a jurisdição, mas a zelar pela autenticidade de atos ou fatos conservando documentos que poderão um dia ser objeto de verificação para dirimir contravérsias.

Anotam esses Cartórios eventos considerados relevantes para a vida jurídica da sociedade, como, por exemplo, o nascimento, o casamento, a aquisição de imóveis, a hipoteca, e assim por diante.

E esses Cartórios são, na verdade, "foro", porque preparam documentos para questões futuras, definindo, portanto, a solução dessas questões na maior parte das vezes pelo simples atalhe do surgimento de processos. Diante de uma discordância, obtido o documento cartorário que lhe diz respeito, provavelmente a lide se auto-comporá, não havendo necessidade de sua composição pelo judiciário.

Os cartórios do foro extra-judicial são os propriamente denominados "cartórios" pela lei (art. 196 do Decreto-Lei Complementar nº 3/69).

Esses cartórios são os seguintes: Cartórios de Notas ou Tabelionatos (art. 205 do Decreto-Lei Complementar nº 3/69); Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais (art. 29 da Lei de Registros Públicos); Cartórios de Registros Públicos, divididos em Registros de Imóveis (art. 168 da Lei

de Registros Públicos), Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que se insere, em nosso Estado, nos Registros de Títulos e Documentos (art. 18 do Código Civil e art. 115 da Lei de Registros Públicos) e Protesto de Títulos (várias leis, entre as quais o Código Comercial, o Código de Processo Civil arts. 882 a 887, Leis de Cheques, Notas Promissórias, Duplicatas, Letras de Câmbio e Falências).

O termo tabelionato também se aplica a cartórios de protestos, em virtude de disposição legal (art. 87 da Resolução nº 2).

Os cartórios do foro extra-judicial são também chamados "Órgãos da Fé Pública", porque asseguram, pela intervenção do servidor cartorário, a autenticidade de atos e documentos que passam a se presumir verdadeiros, isto é, dotados de fé pública.

I - CARTÓRIOS DE NOTAS (art. 205 do Código Judiciário do Estado)

Os principais atos dos cartórios de notas são os enumerados no capítulo XIV, item 1, das Normas de Serviço de Corregedoria.

Destacam-se os seguintes atos:

a) lavratura de escrituras em geral, entre as quais as de emancipação, adoção, pacto antenupcial, e todos os atos e contratos para os quais a lei exija ou faculte a forma pública; b) testa

mentos; c) atos e contratos relativos a imóveis ou objetos de direitos imobiliários, quando exigido o documento público; d) procurações, substabelecimentos e suas revogações; e) reconhecimento de firmas e autenticações de cópias; f) expedição de traslado, certidões, públicas-formas, fotocópias, etc. .

II - REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS (art. 12 C.Civil e art. 29 da Lei de Registros Públicos)

Os atos de Registro Civil das Pessoas Naturais são de dois tipos: registros e averbações. Saliente-se, também, a importância dos atos de comunicação.

Os registros são a criação de um documento autônomo nos livros cartorários. As averbações são anotações que se fazem à margem dos registros ou devem ser averbadas em registros de outro cartório. Já foi ressaltada a importância das comunicações: a comunicação vai produzir averbação em notas de outro cartório..

Os principais atos de registro são (art. 29 da Lei de Registros Públicos):

a) nascimentos; b) casamentos; c) ôbitos; d) emancipações; e) interdições; opções de nacionalidade; g) sentenças de adoção.

São averbadas: a) sentenças de anulação

de casamento, separação, divórcio e reestabelecimento da sociedade conjugal; b) adoção; c) alteração de nome.

III - REGISTRO DE IMÓVEIS (art. 168 da Lei de Registros Públicos)

O registro de imóveis pratica atos de inscrição e de averbação.

Atos de inscrição: a) hipoteca; b) contratos de locação de prédios com cláusula de vincência no caso de alienação; c) penhoras, arrestos e sequestros de imóveis; d) servidão em geral; e) promessa de compra e venda de imóvel não loteado sem cláusula de arrependimento (art. 22 da Lei de Registros Públicos); f) memoriais de incorporação e das instituições e convenções de condomínio; g) citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias; h) promessas de cessão.

São atos de transcrição: a) sentenças de separação, divórcio e anulação de casamento, quando houver partilha de imóveis; c) arrematação e adjudicação em hasta pública; d) sentenças de usucapião de imóveis; e) compra e venda de imóveis, permuta e dação em pagamento sobre eles; f) sentenças de processos de desapropriação.

São averbados: a) compromisso de compra e venda de terrenos loteados; b) mudança de nome

de logradouros, numeração de prédios, edificação , reconstrução, demolição, desmembramento e loteamento de imóveis; c) alteração de nomes dos registros devido a alteração de nome de seus figurantes; d) restabelecimento da sociedade conjugal; e) cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, incomunicabilidade e fideicomisso sobre imóveis.

Todos os atos de inscrição, transcrição e averbação constam do artigo 168 da Lei de Registros Públicos.

IV - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS (art. 128 da Lei de Registros Públicos)

Nos registros de títulos e documentos se praticam atos de transcrição, registro e averbação.

Será feita a transcrição de: a) escritos particulares para prova de obrigação em geral; b) penhor sobre coisas móveis; c) quaisquer documentos, facultativamente, para sua conservação.

Estão sujeitos a registro, com o objetivo de produzir efeito com relação a terceiros: a) contratos de locação de prédios; b) contratos de compra e venda em prestações com ou sem reserva de domínio e os de alienação fiduciária, sempre relativos a móveis.

A averbação será relativa a qualquer documento transcrito ou registrado (art. 143 da Lei

de Registros Públicos).

V - REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS (art. 18 C. Civil e art. 115 da Lei de Registros Públicos).

O Registro Civil das Pessoas Jurídicas realiza inscrições de atos relativos às pessoas que compõem as pessoas jurídicas. Realiza também, averbações relativas a atos inscritos.

São inscritos no registro civil das pessoas jurídicas: a) contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos de sociedades civis e religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como fundações e associações de utilidade pública; b) sociedades civis, embora revestidas das formas das leis comerciais, salvo as anônimas; c) jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de rádio difusão e agências de notícias.

VI - CARTÓRIOS DE PROTESTOS (art. 87 da Resolução nº 2 do Tribunal de Justiça e Legislação Cambiária Especial).

QUADRO GERAL DOS CARTÓRIOS :

- SERVIÇOS AUXILIARES DE JUSTIÇA (art. 193 do Código Judiciário - Decreto Lei Complementar nº 3/69)
- Ofícios de Justiça (arts. 194 e 200 do Código)

- Ofícios de Justiça propriamente ditos (art.nº 204 - DC-3/69)
 - Cíveis
 - criminais
 - júri
 - Fazenda Pública
 - execuções criminais
 - corregedoria permanente
 - menores
 - Acidentes de trabalho
 - Distritais
- Ofícios de Justiça por assemelhação (art. 200 - DC 3/69)
 - Distribuidor
 - Partidor
 - Contador
 - Depositário Público
- Cartórios (art. 169 - DC 3/69)
 - Cartórios de Notas (art. 205 - DC 3/69)
 - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais (art. 12 do C.Civil e 29 L. P. P.)
 - Cartórios de Registros Públicos
 - Registro de Imóveis (168 - LRP)
 - Registro de Títulos e Documentos (128-LRP)
 - Registro de Pessoas Jurídicas (118-CC e 115 LRP)
 - Protestos de Títulos (87 - Resol. nº 2)

PARTE II

PRÁTICA CIVIL (REDAÇÃO FORENSE BÁSICA)

CAPÍTULO VII

REDAÇÃO FORENSE - REQUISITOS SUBSTANCIAIS: PERSUA-
SÃO, CLAREZA, SÍNTESE, ELEGÂNCIA E DIGNIDADE - RE-
QUISITOS FORMAIS: CORREÇÃO E BOA APRESENTAÇÃO GRÁ-
FICA - FASES DA ELABORAÇÃO DE PEÇAS FORENSES: ES-
TUDO DO ASSUNTO, ORGANIZAÇÃO DO SUMÁRIO - REDAÇÃO
DO TEXTO E REVISÃO.

A redação forense encerra um problema de comunicação escrita. A peça forense visa a comunicar ao Juiz o que é de interesse da parte que constituiu o Advogado.

Mas essa redação não contém somente a linguagem da comunicação. Ela transmitindo a comunicação positiva dos fatos e do direito de alguém, efetua também uma comunicação negativa, procurando destruir a comunicação do interessado.

A linguagem é, portanto, mais complexa do que a normal, de muitas espécies de escrita, como a jornalística, a literária, etc., nas quais se comunica apenas positivamente, em o lado negativo.

REQUISITOS

O escrito forense, para informar positivamente e negativamente, merece cuidados especiais. Todos esses cuidados é que produzirão o escrito em condições de sustentar melhor a posição do interessado.

Esses cuidados se dividem em requisitos substanciais, que são os da própria consistência da exposição, e requisitos formais, que são os externos à exposição, mas igualmente importantes para a melhor transmissão da mensagem do interessado.

REQUISITOS SUBSTANCIAIS

Persuasão: - O objetivo do escrito jurídico é persuadir o destinatário, especialmente o destinatário final, ou seja, o Juiz.

A qualidade do convencionamento contido na peça forense pode formar a verdade do caso, ainda que, com outra argumentação e, portanto, com outro escrito, essa verdade pudesse ser formada em sentido contrário. No processo, a verdade jurídica é o que for estabelecido pela coisa julgada. Assim, a verdade jurídica muitas vezes é a coerência de raciocínio, de uma boa exposição. Daí a relevância da qualidade de persuasão.

Clareza: - Para persuadir é necessário ser claro: é necessário concatenar o raciocínio de forma a levar a quem lê exatamente a conclusão que se deseja.

Síntese: - Uma das características do estilo claro é a síntese. Escritos longos geralmente se perdem em digressões que desviam a atenção do leitor, podendo levar à perda de capacidade de persuadir.

Note-se, entretanto, que a síntese não se confunde com laconismo, bem como que só com a experiência profissional é que se chega à capacidade de síntese.

Elegância: - A linguagem jurídica deve ser simples e ativa.

Não deve se complicar com construções estilísticas rebuscadas. Deve evitar inversão de frases e construções complexas, como, por exemplo, as que contêm orações subordinadas e verbos no gerúndio.

Difícilmente se deve começar uma frase com construção que leve a complicação para o período, como, por exemplo, o início com conjunção subordinativa. O melhor estilo é o da narrativa comum do dia-a-dia:

Dignidade: - A redação jurídica jamais

deve descer ao linguajar comum.

Deve ser simples, mas não baixa. Não deve usar gíria. Não deve ironizar a quem quer que seja, quer a parte contrária, quer os oficiais, car^{re}torários, Juiz, advogado contrário, perito.

As vezes é possível usar argumento com leve ironia, como no argumento de redução ao absurdo, mas não deve ser a regra.

Também não se deve responder agressivamente a agressões recebidas nos autos. Sempre o melhor será argumentar com sobriedade, respondendo pela maneira mais formal e desemocionada possível a qualquer agressão. A melhor punição para o agressor verbal gratuito nos autos é a simples permanência de seus escritos neles.

REQUISITOS FORMAIS

Correção: - A correção do escrito realmente impressiona de forma favorável.

Ela faz receber bem até mesmo uma tese rula. Se essa tese vier exposta de maneira persuasiva, a correção do escrito, fornecendo impressão de seriedade por parte de seu autor, ajudará a reforçar a tese, tornando-a passível de aceitação.

Se assim é no tocante a uma tese ruim, com mais razão será no tocante a uma tese boa: uma

uma tese boa poderá ser prejudicada por um escrito incorreto, porque ela, devido a ele, será olhada com menor seriedade.

Boa apresentação gráfica: - O mesmo que se disse sobre a correção se aplica ao aspecto gráfico da petição.

Evitem-se letras rebatidas, uso de fita de máquina fraca, máquina com tipos deficientes ou quebrados, parágrafos com invenção de moda, grifos em excesso, uso de cores de fita de máquina ou de tipos de máquinas diferentes em excesso, etc. .

A melhor apresentação gráfica é a mais simples e a que contém parágrafos normalmente usados nos livros. É a que não traz surpresas à leitura.

FASES DA ELABORAÇÃO DE PEÇAS FORENSES

1a. FASE - ESTUDO DO ASSUNTO

Para expor bem, satisfazendo aos requisitos constantes da enumeração anterior, é necessário, antes de mais nada, conhecer muito bem o assunto, estudando-o com profundidade.

Dominar muito bem o assunto, quer quanto aos fatos, quer quanto ao Direito.

Extraem-se os fatos da narração do

cliente e das testemunhas que ele indicar, bem como dos documentos, certificando-se de que a narração por ele realizada corresponde à verdade, de forma a poder ser sustentada.

É preciso atentar muito à possibilidade de provar. Ganha a causa quem consegue provar, e não, somente, quem tem direito. Ter direito e não ter provas é o mesmo que não ter direito, na luta judicial.

Estudar o direito, localizando o texto legal apropriado e verificando os livros de doutrina e jurisprudência, que, às vezes, levam a sentido diverso do que consta, aparentemente, do texto legal.

2a. FASE - ORGANIZAÇÃO DO SUMÁRIO

Pensar bastante na ordem de exposição dos fatos e do direito, tendo em vista sempre chegar à forma que mais facilmente convença o leitor.

Atentar a que nada de importante, dos fatos e do direito, fique faltando. Sobre tudo com referência aos fatos, é necessário tomar muito cuidado, porque eles não poderão ser alterados, permitindo, até o fim do processo, o que foi exposto inicialmente, na petição inicial ou na resposta.

Dosar a ordem expositiva, a fim de que os fatos sejam expostos em ordem sequente, sendo a

melhor delas a ordem simplesmente cronológica, isto é, a sequência em que os fatos ocorreram.

Cuidado para não complicar a sequência, perdendo a ordem em meandros improfícuos, ou impondo idas e vindas ao assunto. Isso será extremamente prejudicial à clareza da exposição.

3a. FASE - REDACÇÃO DO TEXTO

O texto deve ser composto à vista da ordem estabelecida no sumário. Nenhum dos elementos importantes, de fato ou de direito, neste ressaltados, deve faltar àquele.

O texto compõe conjunto harmonioso, em que tudo importa, desde a ordem expositiva à extensão de cada parágrafo da escrita e ao ritmo do todo.

Em textos mais longos, é conveniente separar as partes, dando-lhes destaques de títulos, como, por exemplo, "dos fatos", "do Direito" e "do pedido".

Pode ser usada numeração de parágrafos e de partes. Essa numeração, assim com a divisão acima referida, deve ser sôbria, para não criar dificuldades inúteis de lógica de composição e para não cansar o leitor. Não é de bom uso, atualmente, no meio judiciário, o sistema de numerar dos economistas (1.1, 1.1.2, 1.2, 1.2.1, etc.).

4a. FASE - REVISÃO

Nenhuma obra é perfeita se não sofre revisão. Terminada a composição do texto, é necessá-rio relê-lo, antes de datilografado, corrigindo o que houver de errado ou inconveniente.

Depois de datilografado, deve ser nova-mente revisto, antes de ser assinado. A leitura de pois da datilografia é importantíssima, não só pa-
ra que não haja imperfeições no escrito, que criem antipatia gratuita contra ele, mas também, e sobre tudo, para que se tenha a idéia de como ficou o to-do já pronto, como irá ser lido.

É muito importante ficar esse todo de forma que, ao fim da leitura, tenha o leitor boa impressão do escrito e do direito nele exposto. Pa-
ra formar essa impressão, tudo vale: o encandeamen-to lógico, o ritmo das frases, a clareza, a corre-ção, a beleza gráfica.

Não se pode correr o risco de perder uma causa de direito alheio devido a preguiça ou falta de capricho. Uma das coisas mais tristes que há é o advogado lambão, que passa a ser assim co-nhecido no meio judiciário a partir da forma de seus escritos - refletindo, sempre, bagunça de escritório, desarranjo de documentos dos clientes, descontrole de dinheiros recebidos, etc.

CAPÍTULO VIII

DEFEITOS COMUNS NA ESCRITA FORENSE - CORREÇÃO QUESTIONÁRIO.

DEFEITOS COMUNS

- 1) Não usar o sistema do "que" no início das frases: "que o interessado...";
- 2) Não usar adjetivos e advérbios desnecessários. Usar poucos;
- 3) Colocar nas petições sempre o endereço do Advogado para o recebimento de intimações (art. 39, I, do CPC). A falta é causa de indeferimento da inicial (§ Único do artigo citado);
- 4) Grafar os nomes das partes sempre com letras maiúsculas (JOÃO DA SILVA, PAULO BATISTA, DROGARIA SANTA MARIA, etc.);
- 5) Grifar, sublinhando, as denominações da ação ou do processo (ação ordinária, procedimento sumaríssimo, medida cautelar, sustação de protesto, execução por quantia certa, etc.);
- 6) Requerer a permissão do art. 172, § 2º, do CPC na inicial;
- 7) Não esquecer de pedir correção monetária e juros de mora em processos ligados a cobrança;

8) Deixar espaço de pelo menos 4 cm. do lado esquerdo da petição, a fim de que os escritos possam ser inteiramente lidos, sem que fiquem encobertos pela autuação, atrás dos grampos ou costuras do processo;

9) Apresentar as folhas escritas somente no anverso;

10) Usar o sistema comum de parágrafos. É o sistema de dar espaços sempre iguais no início dos parágrafos, como consta dos livros normais. A multiplicidade de paragrafação atrapalha. Petição jurídica não deve ser lugar para invenção de sistema de parágrafos;

11) Grifos e destaques: usar pouco (ou não usar) ou escrever em maiúsculas ou em outra cor;

12) Escrever os nomes das partes integralmente no preâmbulo da petição e não mais os repetir. Aludir a elas, depois, como "autor", "réu", "exequente", "executado", "excipiente", "exceto", "apelante", "apelado", "expropriante", "expropriado", "requerente", "requerido", etc.;

13) Não corrigir como "digo", "ou melhor", etc. . A petição deve ser grafada certa, em atenção, antes de mais nada, ao cliente. Além disso, impressiona muito mal a demonstração de preguiça de corrigir o erro ou de passar o limpo;

14) Não rebater letras na datilografia .

Não corrigir a mão, exceto em caso de extrema urgência. É melhor, entretanto, corrigir a mão, ca prichando na correção do que deixar errado;

15) Caracterização de veículos: indicá-los na petição pela característica de mais fácil a apreensão e destaque, de forma sintética, como marca, cor, placa. Não é necessário expor todos os seus pormenores, como número de chassi, motor, etc. Esses dados, que constam dos documentos, normalmente alongam a leitura da petição, tornando-a aborrecida;

16) Acidentes de veículos: é importante deixar bem claro qual o veículo do autor e qual o do réu. Também é importante deixar fácil na leitura a indicação das ruas por onde os veículos vi nham, bem como seus sentidos;

17) Quando houver boletim de ocorrência relativo a acidente de veículos, deixar claro na petição quais são os veículos referidos no B.O. co mo n.ºs 1, 2, 3, etc., indicando-os como do autor, do réu, etc.;

18) Não narrar com verbo no presente: "o autor, nesse momento, para seu carro e é abalroado ...". Narrar no perfeito;

19) Não repetir o trecho final da folha no início da folha seguinte;

20) Através de seu Advogado... O melhor

é: "por intermédio de seu Advogado";

21) Não usar expressões redundantes, sem conteúdo: "vem, na melhor forma de Direito e usando dos meios legais, requerer...", "... provando, como provado fica, ...", etc.;

22) Dizer somente o valor da causa, sem aludir a "efeitos fiscais" ou "efeitos de alçada". Isso não existe mais.

CAPÍTULO IX

PEÇAS PRINCIPAIS DA REDACÇÃO FORENSE: PETIÇÃO INICIAL, RESPOSTA DO RÉU: CONTESTAÇÃO, EXECUÇÃO, RECONVENÇÃO, IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA - QUESITOS, ALEGAÇÕES FINAIS ORAIS, MEMORIAL, RECURSOS, RESPOSTA A RECURSOS.

PEÇAS PRINCIPAIS

Algumas peças forenses são básicas. De las se extraem as demais, de forma que é necessário aludir a elas.

A rigor, todas as peças forenses seguem o mesmo esquema: dedicatória, preâmbulo, corpo e encerramento. As duas primeiras partes são sempre iguais; mudam as duas outras, mas apenas quanto ao conteúdo, que se ajusta a cada tipo de peça, permanecendo, entretanto, a essência dessas partes a mesma.

O exame do esquema básico das petições forenses pode ser realizado a partir do esquema básico da petição inicial (modelo a seguir). O mais será adaptar esse modelo à peça que se deseja escrever.

PETIÇÃO INICIAL

A petição inicial é a peça forense em que o autor narra os fatos e expõe o direito nos quais baseia o seu pedido, dando início ao processo.

Os requisitos da petição inicial constam do art. 282 do Código de Processo Civil, que, embora constante do Título referente ao procedimento ordinário, é aplicável a todos os processos.

Esses requisitos são os seguintes: "I - o Juiz ou tribunal, a que é dirigida; II - os nomes prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor ou do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido, com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - o requerimento para a citação do réu."

Todos esses requisitos devem constar da petição. O seu esquema básico deve contê-los. Esse esquema básico da petição inicial é o seguinte :

PETIÇÃO INICIAL (Padrão - Procedimento Ordinário - art. 282 do C.P.C.)

I- DEDICATÓRIA:- Juiz a que é dirigida (art. 282, I). Ver qual a destinação, de acordo

com a Organização Judiciária e, quando houver, vā-
riso juizes possivelmente competentes para a matē-
ria, de modo a se impor a distribuição, deixar es-
paço em branco para ela.

II - PREAMBULO:- Nome completo, estado
civil, domicílio e residência, R.G., CIG, se possí-
vel, do autor e réu. Indicação da ação e do proces-
so (art. 282, II). Referência a manifestação por
intermédio do Advogado, conforme procuração.

III - CORPO:-

1. Narração - Fato e fundamentos jurídi-
cos do pedido (art. 282, III). Narração dos fatos
e explicação de que eles se ajustam a determinados
artigos da lei, dos quais se infere o direito do
autor de mover a ação (causa de pedir).

2. Pedido - O pedido e suas especifica-
ções (arts. 282, IV e 286). Pedidos: a) citação ;
b) procedência; c) pagamento, despejo, separação ,
etc.; d) correção monetária; e) juros de mora nos
pedidos condenatórios; f) sucumbência: pedido de
condenação em custas, despesas processuais e hono-
rários advocatícios.

3. Valor da Causa - Valor da vantagem e
conômica contida na pretensão ajuizada (art. 282 ,
V, e art. 250 a 260).

4. Provas - Provas com que pretende de

monstrar a verdade dos fatos alegados (art. 282, VI) Enunciar genericamente todas as provas possíveis, prova documental, pericial e testemunhal.

IV - ENCERRAMENTO:- Pedido de deferimento. Data e assinatura do Advogado, com anotação "por procuração" (p.p.) e com indicação de números de inscrição na O.A.B. e do CIC, e endereço para intimação (art. 39, I, do C.P.C.).

Hã documentos que têm de acompanhar a petição inicial. São os documentos indispensáveis à propositura da ação (art. 283 do Código de Processo Civil).

O principal deles é a procuração outorgada a Advogado (art. 254 do Cód. de Proc. Civil), excetuando-se os casos de postulação em causa própria e de a procuração estar nos autos principais (incisos I e II do artigo referido).

Outros documentos indispensáveis, por exemplo, serão a certidão de óbito, na petição inicial de abertura de inventário (art. 987, § Único, do Cód. Proc. Civil); a certidão de casamento, na separação consensual (art. 1.121); o título executivo, nas execuções (art. 614), entre inúmeros outros casos.

RESPOSTA DO RÉU

A resposta do réu à petição inicial pode assumir uma de três formas, enunciadas no art. 297 do Cód. de Proc. Civil: contestação, execução e reconvenção. Acrescenta-se também uma quarta espécie de manifestação, que, se não é processualmente considerada resposta, precisa, entretanto, ser referida no momento, porque deverá ser manifestada na mesma ocasião da resposta: a impugnação ao valor da causa (art. 261).

O prazo para a resposta variará de acordo com o procedimento e a espécie de resposta. No procedimento ordinário esse prazo será de quinze dias para qualquer das espécies de resposta. A impugnação ao valor da causa sempre observará o prazo de resposta (art. 261).

As espécies de respostas, com o acréscimo da impugnação ao valor da causa, encerram o elenco de atitudes principais que o réu pode tomar diante da petição inicial. Essas espécies de respostas podem ser agrupadas em um grupo sinótico como o seguinte :

ESPÉCIE DE RESPOSTA DO RÉU

(arts. 297 e 298)

CONTESTAÇÃO (art. 300 - prazo 15 dias)

no proc. Ordinário, variando nos demais)

- Contestação Processual - Preliminares (alegação de ausência de pressupostos processuais ou condições da ação) - arts. 301 e 267, IV e VI - Pedido: Extinção do processo.

- Contestação de Mérito (alegação contrária à pretensão do autor, com fundamento em os fatos ou o direito não serem como por ele expostos) - Pedido: improcedência de ação.

EXCEÇÃO (art. 304 - prazo: 15 dias, art. 305)

- Incompetência (art. 307)
- Impedimento (arts. 312 e 314)
- Suspeição (arts. 312 e 135)

OBS: (Oferecimento em peça separada, para formar apenso)

RECONVENÇÃO (art. 315)

- (oferecimento juntamente com a contestação, mas em peça separada - juntada aos autos).

IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA (art. 261 - prazo: o da contestação)

- (oferecimento em peça separada, para formar apenso).

CONTESTAÇÃO

A contestação é a defesa por intermédio da qual o réu ataca a petição inicial, visando, preliminarmente, a extinguir o processo ou a evitar, no mérito, seja ele julgado contra si. Visando à extinção do processo, será contestação puramente processual, argumentando com a inexistência de algum dos pressupostos processuais ou de alguma das condições da ação. Visando a afastar a procedência da demanda pelo mérito, será contestação de mérito e argumentará com narração dos fatos de forma diversa do que a constante da inicial, ou com argumentação de o direito não trazer as consequências apontadas pelo autor.

A contestação processual pode ser exposta sozinha, se o contestante tiver certeza de que com ela se livrará do processo, ou poderá vir juntamente com a contestação de mérito. Se vier acompanhada de contestação de mérito, a parte da petição inicial destinada à contestação processual comporá o que se chama de "preliminar", primeira parte da petição de contestação, ficando o mais para o que se chama de "mérito".

A petição de contestação é peça processual análoga à de petição inicial. A dedicatória, o preâmbulo e o encerramento dão idênticos em ambas

as peças. O que muda é o corpo de petição, conquanto o da contestação contenha partes semelhantes ao da inicial.

O esquema básico de contestação é o seguinte:

ESQUEMA BÁSICO DE CONTESTAÇÃO

I - DEDICATÓRIA:- Juiz a que é dirigida. Sempre o Juiz do processo em que se encontra a petição inicial contestada - abaixo dela: número do processo.

II - PREÂMBULO:- Nome completo do contestante, estado civil, domicílio e residência, números de R.G., CIC ou CGC. Excetuado o nome completo do contestante, o mais pode ser dispensado, se constar corretamente da inicial.

III - CORPO;-

1. Resumo bem abreviado da inicial
2. Alegações preliminares: contestação processual. Exposição de fundamentos jurídicos.
3. Alegações de mérito: narração nova dos fatos contra-alegando ao autor - Alegações de direito: fundamentos jurídicos.
4. Pedido: Contestação Processual: extinção do processo com condenação do autor em custas, despesas processuais e honorários advocatícios;

contestação de mérito: improcedência da ação, com condenação do autor em custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

5. Provas: Como na inicial.

IV - ENCERRAMENTO:- Pedido de deferimento. Data e assinatura do Advogado, com anotação de "p.p." e com indicação de números de inscrição na OAB e de CIC, bem como de endereço para intimações (art. 39, I, do C.P.C).

EXCEÇÃO

A exceção é defesa dilatória, isto é, visa a afastar do processo algum empecilho processual que impeça o julgamento justo, de forma que, na verdade, apenas enseja desvio do julgamento do processo, que, superada a exceção, será realizado. Por intermédio da exceção, o réu não se livra do processo; só se livra de algo nele contido que lhe traga prejuízo no julgamento. Exemplo de exceção é o da suspeição do Juiz: visa ela a afastar o Juiz suspeito do processo, e não a por fim ao processo.

A exceção deve ser oposta em petição autônoma, que será autuada e processada em apenso. O prazo é de 15 dias, contados do fato que ocasionou a exceção (art. 305). Se o fato já é o ajuizamento

inicial, o prazo se conta a partir da citação.

Atente-se a que a matéria de que tratam as exceções é, processualmente, semelhante à matéria que deve ser exposta em preliminar na contestação, isto é, na contestação processual. O assunto é, a rigor, o mesmo: pressupostos processuais, conquanto de natureza diversa. A matéria das exceções é somente a expressamente enunciada no art. 304 do Código de Processo Civil. O que sobejar a essa enumeração será matéria de preliminar de contestação.

O esquema básico da exceção é o mesmo da contestação (ver retro). Apenas se altera o corpo, que conterà: 1. Resumo do ponto excepcionado da inicial; 2. Alegações de fato e de direito contrárias a ele; 3. Pedido de acolhimento da exceção ou de declaração da incompetência, do impedimento ou da suspeição, bem como de condenação do exceto nas custas acrescidas pelo incidente; 4. Provas, genericamente enunciadas.

As partes são chamadas, na exceção, de excipiente e exceto.

RECONVENÇÃO

Reconvenção é ação do réu, contra o autor, no processo que este lhe move. Sua previsão e suas restrições estão no art. 315 do Cód. Proc. Ci

vil.

A reconvenção tem de ser manifestada em petição separada da petição de contestação ou de qualquer outra defesa (art. 299 do C.P.C.) e deve ser oferecida simultaneamente com a contestação (art. 299 citado). Reconvenção e contestação são duas petições diversas, integralmente escritas, não podendo ser englobadas em uma só petição, sob pena de indeferimento. A reconvenção, conquanto autônoma, será junta aos autos, não formarã apenso.

O prazo para a reconvenção é o mesmo da contestação, ante a regra da apresentação simultânea. No procedimento ordinário esse prazo é de 15 dias, contados a partir da juntada do mandado de citação aos autos (art. 297).

As partes, na reconvenção, são denominadas reconvite e reconvindo, ou réu-reconvinte e autor-reconvindo.

Cuidado com o verbo reconvir. Conjuga-se o verbo vir: ele reconveio, o réu havia reconvindo, etc. . É gravíssimo o erro nesse verbo, tão grave quanto o é no verbo intervir: interveio, havia intervindo (jamaís "interviu", "havia intervisto") , etc. .

O modelo básico da reconvenção é o mesmo da petição inicial (retro). Apenas se deve ressaltar que a dedicatória será realizada ao Juiz do

processo em que está a petição inicial e que o preâmbulo não precisará expor mais que o nome completo das partes, se todos os demais danos estiverem certos na inicial. Pedem-se a improcedência da ação e a procedência da reconvenção, bem como a condenação do autor-reconvindo no principal, custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Impugnação ao valor da causa é a manifestação de discordância do valor atribuído pelo autor à demanda, para sua alteração.

Os valores das causas devem ser estabelecidos de acordo com as regras constantes dos arts. 258 e seguintes do Código de Processo Civil.

A impugnação deve vir em petição separada da contestação ou de qualquer outra defesa e será autuada e processada em apenso ao processo principal (art. 261).

Não há denominações especiais para as partes no indicente de impugnação ao valor da causa.

O Esquema Básico da impugnação ao valor da causa é o mesmo da contestação (retro), com as observações relativas ao Juiz na dedicatória e ao

preâmbulo já feitas com relação às exceções e à convenção. Pede-se o acolhimento da impugnação, com a alteração do valor da causa para o valor apontado na impugnação.

A petição deve ser bastante objetiva, muito simples, argumentando somente com o que é essencial. Não há necessidade, nela, propriamente, de resumo do ponto da inicial. Basta mera alusão ao valor que dela constou, já se passando à argumentação do porquê de ele não poder ser aceito.

QUESITOS

Quesitos são perguntas formuladas pelos técnicos que atuarão no processo, para resposta em seus laudos.

O Código de Processo Civil os regula no seu artigo 421. O prazo para a formulação de quesitos é de 5 dias, contados a partir da nomeação do perito judicial pelo Juiz (art. 421, II).

Os quesitos dirigem-se aos peritos, mas estão sujeitos à prévia apreciação do Juiz, podendo a parte, antes dessa apreciação, impugná-los.

Devem os quesitos compor conjunto de poucas perguntas claras e precisas, que exijam resposta definida.

O esquema de oferecimento de quesitos é o de uma petição simples. A dedicatória e o preâmbulo.

bulos são simplificados, porque já se têm o processo, o Juiz e as partes. O corpo da petição conterá as perguntas em frases curtas, mas não lacônicas. A petição, como toda petição manifestada após a inicial, deve conter o número do processo, em lugar de destaque, porque, facilitando a juntada pelo Cartório, não se correrá risco de o processo prosseguir sem a apreciação de petição, por falta de juntada.

Na petição de formulação de quesitos pode, conforme o caso, haver protesto por oferecimento de quesitos suplementares. Estes serão admitidos até o momento do oferecimento do laudo pelo perito judicial.

Quesitos para esclarecimentos de peritos em audiência (art. 423 do Cód. de Proc. Civil) obedecem às mesmas normas expostas.

ALEGAÇÕES FINAIS ORAIS

Alegações finais orais são o resumo da causa, pretensões, alegações, provas produzidas, e a conclusão em prol da parte que, por intermédio de seu Advogado, as formula.

A previsão para elas está no art. 454 do Cód. Proc. Civil.

São uma peça breve, embora o prazo cons

tante do Código seja longo (20 minutos, . prorroga-
veis por mais 10, art. 454).

As alegações finais são ditadas pelo Ad
vogado ao Escrevente da audiência, ou são formula-
das oralmente ao Juiz, que delas fará resumo e di
tará ao Escrevente, conforme o sistema de trabalho
do Juiz. A manifestação de alegações finais é ato
privativo do Advogado, de forma que a parte que
não dispuser de Advogado não as produzirá. O Advoga-
do pode levar sumário ou notas para se nortear
na produção de alegações finais ou, o que na maio-
ria dos casos ocorre, pode fazer anotações simples
em rascunho no decorrer da audiência, para, de
pois, alegar com base nessas anotações.

O Esquema das alegações finais é extre-
mamente simples: a dedicatória é reduzidíssima ("MM. Juiz", "Emérito Julgador", ou fórmula seme-
lhante); o preâmbulo se limita a referência à par
te pela qual as alegações se produzem ("O autor, em
alegações finais...", "Diz o autor...", ou frase
análoga); o corpo contém resumo do alegado na ini-
cial ou na contestação e breve exame da prova ou
do direito, seguindo-se a síntese do pedido da par
te na inicial ou na contestação, acrescentando-se o
pedido de sucumbência da parte contrária.

MEMORIAL.

São as alegações finais escritas. Reserva-se para casos complexos, em que, após o encerramento das provas, é designada data para a manifestação das partes. Os Advogados podem retirar os autos de Cartórios para a preparação do memorial. O tempo de permanência dos autos com os Advogados deve ser regulado pelo Juiz, de comum acordo com eles ou não..

O esquema é o mesmo das alegações finais. Costuma-se, entretanto, elaborar um escrito com o título de memorial e encaminhá-lo aos autos por simples petição pedindo sua juntada.

No final do memorial, além do pedido (procedência, improcedência, extinção, e sucumbência), é de hábito pedir Justiça, aludir a que se faça justiça ou expressão análoga.

RÉCURSOS

Recurso é o pedido de reapreciação de decisão desfavorável causadora de gravame ao recorrente.

Existem 5 recursos datalogados no Código de Processo, os quais devem ser adequado ao caso: apelação, agravo de instrumento, embargos infringentes, embargos de declaração e recurso extraordinário (art. 496). Além desses recursos existe

o recurso de embargos para o próprio Juiz, nas execuções fiscais em questões de alçada. Não mais existe o recurso de correição parcial, ante o cabimento atual do agravo de instrumento.

O prazo para interpor os recursos e para a eles responder, exceto no tocante ao agravo e aos embargos de declaração, é de 15 dias (art. 509). O agravo possui o prazo de 5 dias (art. 523), o mesmo ocorrendo com os embargos de declaração (art. 536).

O esquema geral dos recursos se estabelece pelo de apelação (art. 514). A dedicatória do recurso será ao Tribunal "ad quem" (juízo para o qual se recorre), mas o processamento, no momento da interposição, se fará por petição apresentada ao Juízo "a quo" (juízo recorrido). No preâmbulo bastam os nomes do recorrente e recorrido e indicação do número e da natureza do processo (art. 514, I). O corpo conterá duas partes: a) narração e argumentação de fato e de direito (art. 514, II) e b) pedido de nova decisão - pedido de reforma da decisão, com indicação de como e de qual a conclusão desejada (art. 514, III). No encerramento, como nas peças de alegações no decorrer do processo costuma-se pedir "Justiça".

RESPOSTA A RECURSOS

Os prazos já foram referidos (art. 496).

O esquema geral é o mesmo dos recursos.

Pede-se, entretanto, a manutenção da decisão recorrida.

Os recursos serão, como as respostas, aprofundados no 2º ano do Curso de Estágio Profissional.

CAPÍTULO X

PROCEDIMENTOS CIVIS - ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO: JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA - ESPÉCIES DE PROCESSO: PROCESSO DE CONHECIMENTO, PROCESSO DE EXECUÇÃO E PROCESSO CAUTELAR - ESPÉCIES DE PROCEDIMENTO - QUADRO GERAL DOS PROCEDIMENTOS CIVIS.

PROCEDIMENTOS CIVIS

Os procedimentos são os ritos pelos quais devem ser ajuizadas as ações. É preciso saber quais são os procedimentos disponíveis no ordenamento jurídico para escolher entre eles o que for apropriado ao caso.

Os procedimentos são estabelecidos de acordo com as peculiaridades da lide, isto é, de acordo com as características de cada litígio. Uma questão de família, com separação judicial e alimentos, terá, forçosamente, de ter tratamento processual mais tolerante, com tentativa de acordo antes de as partes desencadearem todas as suas alegações na contestação e na réplica à contestação; daí a obrigatoriedade da audiência prévia de tentativa de conciliação nessas causas (Lei nº 968/1949). As questões patrimoniais, entretanto, não exigirão

tanta cautela e tolerância em seu tratamento: não se cogita nelas portanto, de tentativa de conciliação antes do oferecimento da defesa. Como essa diferença, há diferenças entre todos os procedimentos cíveis, diferenças motivadas pelas diferenças das lides que contêm.

Para entender as espécies de procedimento e para localizar o procedimento adequado no ordenamento procesual será necessário verificar como estão eles catalogados no Código de Processo.

Eles estão catalogados de acordo com a espécie de jurisdição, a espécie de processo e a espécie de procedimento assegurada para cada espécie de jurisdição e de processo.

JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

A jurisdição é o poder de dizer o direito, assegurado ao Estado. O Estado pode dizer o Direito, por intermédio do Juiz, de duas formas: em jurisdição contenciosa ou em jurisdição voluntária.

Jurisdição contenciosa é a que visa à composição de lide, entendida como conflito de interesses qualificado por pretensão não satisfeita.

Na jurisdição contenciosa autor e réu estão forçosamente desavindos, o autor desviando do réu algo a que este resiste. Há, sempre, uma

controvérsia, uma contenda, a ser decidida pelo Juiz.

Exemplos de jurisdição contenciosa são as ações de indenização por acidente de veículos, a separação judicial, as ações possessórias, etc..

A jurisdição voluntária é a que visa à integração, por ato do Juiz, da vontade dos interessados.

Não há litígio na jurisdição voluntária. Mas há algumas situações jurídicas para as quais são necessários atos que o Direito entende particularmente relevantes, de forma que, para terem validade, exijam passem pelo crivo judicial.

Os interessados não mantêm litígio. Sabem o que querem e querem praticar o ato jurídico. Mas a vontade deles não basta para a validade do ato. É necessário a participação do Estado, por intermédio do Juiz. Essa participação significa "integração" da vontade dos interessados. É como se a vontade deles não fosse "íntegra", isto é, inteira, completa, precisando ser tornada inteira, completa, "íntegra" com o preenchimento do que a ela falta, por intermédio do ato do Juiz.

A nota característica da jurisdição contenciosa é a existência de lide. A da jurisdição voluntária é a integração da vontade dos interessados.

Atente-se aos termos: a jurisdição contenciosa se exerce entre "partes", isto é, autor e réu; a voluntária se exercita entre "interessados", isto é, requerentes e requeridos.

Exemplos de casos de jurisdição voluntária: separação amigável, suprimimento do consentimento para casamento, venda de bem de incapaz, etc. .

O Código de Processo Civil usa da distinção de jurisdição contenciosa e voluntária para catalogar alguns procedimentos (cf. procedimentos comuns e especiais de jurisdição voluntária, arts. 1.113 e seguintes).

PROCESSO DE CONHECIMENTO E PROCESSO DE EXECUÇÃO

Os processos se distinguem e o Código de Processo usa as distinções como critérios para catalogação de procedimentos.

Processo de conhecimento é o que se forma entre partes que alegam ter direito ainda não julgado, de forma que não se sabe qual delas tem razão enquanto não proferida a sentença. Qualquer delas poderá ganhar a causa.

Por intermédio dele o Juiz tomará "conhecimento" da questão, tornando-se conhecedor de suas implicações fáticas e jurídicas. Ficará sabendo o que acontece, por intermédio da colheita das provas

e do estudo do Direito.

São depois de "conhecer" a questão que o Juiz julgará, dizendo qual das partes tem razão.

Declarada essa razão não mais se tratará de conhecimento. Surgirá apenas a questão de execução do direito proclamado.

Processo de execução é o que visa a cumprir na prática o que foi julgado no processo de conhecimento.

Uma vez estabelecido na sentença quem tem razão, deverão ser tomadas providências concretas para cumprir o julgado.

As partes não mais estarão em situação de possível amparo jurídico. Sabe-se que uma delas não tem direito, a que perdeu o processo de conhecimento.

Apenas se executará o decidido, em verdadeira atividade administrativa do judiciário.

Porque somente se executará contra quem já foi declarado sem razão, não se terão as partes, no processo de execução, em pé de igualdade. Uma delas estará em posição de inferioridade, pois o obrigado a suportar os atos de execução:

O processo de execução se instaura após a sentença judicial. Mas há algumas situações que equivalem a sentença, isto é, nelas não serão ne-

cessário proferir sentença dizendo quem tem direito, porque já ficou documentalmente provado quem é que o tem.

São os casos de execução por título executivo extra-judicial (art. 585 do Cód. de Processo Civil). Nesses títulos (nota promissória, cheque, duplicata, etc.), o devedor já se declara devedor e assina, de maneira que não haverá necessidade de sentença para o juiz declarar o que não se põe em dúvida porque já o devedor o declarou.

A execução será por título executivo judicial (a sentença) ou por título executivo extra-judicial (algum dos títulos do art. 585 do Cód. de Processo Civil).

O Código de Processo destina um de seus livros, o segundo, ao processo de execução. Se se tratar de caso de execução, o procedimento adequado deverá ser procurado nesse livro (a partir do art. 566).

PROCESSO CAUTELAR

O processo cautelar visa a atalhar o perigo, resultante da demora no andamento dos processos de conhecimento ou de execução, de alteração na situação fática subjacente à lide, com prejuízo irreparável para o lesado.

E o caso, por exemplo, do devedor que , para não ter bens penhoráveis à época do vencimento da dívida, começa a aliená-los ou a passá-los para o nome de outra pessoa. Também será o caso da sustação do protesto: se não houver providência judicial imediata, o protesto será tirado contra quem se afirma não devedor.

O ordenamento processual assegura o processo cautelar. Por intermédio dele o requerente obtém uma antecipação judicial de forma a lhe assegurar a situação fática até o julgamento definitivo da lide, em outro processo que será posteriormente movido por ele, denominado "processo principal" e que terá natureza de um dos processos de conhecimento ou de execução existentes na lei.

Os processos cautelares constam do Livro III do Código de Processo (a partir do art. 796). Quando houver uma questão de extrema urgência em que a simples demora do andamento judiciário normal possa levar à perda de condições fáticas de fazer valer o direito, deve ser procurado o procedimento cautelar apropriado nesse livro de Código

ESPÉCIES DE PROCEDIMENTO

Os procedimentos - ritos processuais disponíveis para ajuizamento - estão expostos no

Código de Processo vigente e em outras leis. Entre essas outras leis está no Código de Processo de 1.939, pois vários procedimentos desse Código anterior ainda subsistem, porque mandados aplicar pelo art. 1.218 do Código Vigente. Também há várias leis não situadas nos Códigos (leis extravagantes) que estabelecem procedimentos.

Já se contaram 125 procedimentos cíveis. Os principais constam do quadro geral de procedimentos cíveis que segue (anexo).

Diante de uma questão concreta, deve-se procurar o procedimento nesse quadro. Verifica-se, de início, se a questão exigirá processo de conhecimento de execução ou cautelar. Depois se verá em qual dos procedimentos do tipo de processo se amolda.

Os procedimentos são sempre organizados de acordo com regra de generalidade e especialidade. Há procedimentos especiais, que devem ser verificados em primeiro lugar. Se não couber nenhum procedimento especial, caberá procedimento comum (que, no processo de conhecimento, se divide em dois, ordinário e sumaríssimo).

Atente-se a uma questão terminológica. O nome do instrumento que se ajuíza é, a rigor, sempre, "procedimento". Mas, na prática, há alusão a "ação" e a "processo" com o sentido de "procedimen

to". Fala-se, por exemplo, em "ação ordinária", em "ação possessória", ou em "processo sumaríssimo", quando tecnicamente se deveria dizer "procedimento".

Mas a impropriedade não deve chocar e poderá ser manifestada normalmente, porque consta do linguajar jurídico do dia-a-dia. Afrontar esse linguajar ainda que em prol do maior apurmo técnico, poderá parecer pernosticismo jurídico desnecessário.

O melhor, no Judiciário, é preservar os nomes comuns das coisas, com os quais não se correm riscos.

Analise-se bem o quadro geral de procedimentos cíveis que segue.

QUADRO GERAL DE PROCEDIMENTOS CÍVEIS

I - PROCESSO DE CONHECIMENTO

-JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

-Procedimento Comum (art. 272)

-Procedimento Ordinário (art. 282 CPC) e
Procedimento Sumaríssimo (art. 275 CPC)

-Procedimento Especiais (art. 890)

-Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil Vigente

1. Consignação em pagamento (art.890 CPC)

2. Depósito (art. 901 CPC)
3. Anulação e substituição de títulos ao portador (art. 907 CPC)
4. Prestação de Contas (art. 914 CPC)
5. Possessórias: manutenção, reintegração e interdito proibitório (art. 920 CPC)
6. Nunciação de obra nova (art. 934 CPC)
7. Usucapião (art. 941 CPC)
8. Divisão e demarcação (art. 946 CPC)
9. Inventário e arrolamento (art. 982 CPC)
10. Embargos de terceiros (art. 1.016 CPC)
11. Habilitação (art. 1.055 CPC)
12. Restauração de autos (art. 1.063 CPC)
13. Vendas a crédito com reserva de domínio (art. 1.070 CPC)
14. Juízo arbitral (art. 1.072 CPC)

-Procedimentos Especiais Fora do CPC Vigente

-Procedimentos Especiais do CPC 1939 cf.
Art. 1218 do CPC de 1973

1. Loteamento e venda de imóveis em prestações (art. 345 CPC 1939)
2. Despejo (art. 350 CPC 1939)
3. Renovação de contrato de locação de imóveis comerciais (art. 354 CPC 1939)
4. Dissolução e liquidação de soc. comercial (art. 655 CPC 1939)

- Procedimentos Especiais de Outras Leis
Fora do Código de Proc. Civil
1. Desapropriação (DL. nº 3365/41)
 2. Mandado de segurança (Lei nº 1533/51)
 3. Ação Popular (Lei nº 4717/65)
 4. Busca e apreensão em alienação fiduciária (DL. nº 911/69)
 5. Alimentos (Lei nº 5478/68)
 6. Separação judicial e divórcio (lei nº 6515/77 e 968/49)
 7. Divórcio judicial (Lei 6515/77 e 968/49)
 8. Falência e concordata (Lei 7.661/45)
 9. Discriminatória (Lei nº 3.081/56)
 10. Declaração de inconstitucionalidade (Lei 4337/64)

JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

- Procedimento Comum (art. 1103 CPC)
- Procedimentos Especiais (art. 1.113)
- Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil Vigente
1. Alienação Judicial (art. 1.103 CPC)
 2. Separação Consensual (art. 1.120 CPC)
 3. Testamento e condicilos (art. 1.125)
 4. Herança Jacente (art. 1.142 CPC)
 5. Bens de Ausentes (art. 1.154 CPC)

6. Coisas Vagas (art. 1.170 CPC)
7. Curatela de Interditos (art. 1.171)
8. Nomeação de tutor e curador (art. nº 1.187 CPC)
9. Remoção e dispensa de tutor e curador (art. 1.194 CPC)
10. Organização e fiscalização de fundações (art. 1.199 CPC)
11. Especialização de hipoteca legal (art. 1.205 CPC)

-Procedimentos Especiais (art. 1.113)

-Procedimentos Especiais do CPC 1939 cf. art. 1.218 do CPC de 1973

1. Registro de terreno (art. 457 CPC)
2. Averbações ou retificações do registro civil (art. 395 CPC 1939)
3. Bem de família (art. 647 CPC 1939)
4. Habilitação para casamento (art. 754 CPC 1939)
5. Dinheiro a risco (art. 754 CPC 1939)
6. Salvados marítimos (art. 769 CPC 1939)

-Procedimentos Especiais de outras leis fora dos dois CPC

1. Assistência Judiciária (Lei nº 1069/50)

2. Adoção Simples e plena (Cod. Menores)
3. Aquisição perda e requisição de nacionalidade brasileira (Lei nº 618/49)
4. Retificação do registro civil pelo rito sumaríssimo (Lei 5764/60)
5. Divórcio Consensual (Lei nº 6515/77)

II - PROCESSO DE EXECUÇÃO

-PROCEDIMENTOS DO COD. PROC. CIVIL VIGENTE

-Execuções por título Judicial (art. 584 - CPC 1973)

1. Execução para entrega de coisa certa (art. 621 CPC)
2. Execução de obrigação de fazer e não fazer (art. 622 CPC)
3. Execuições por quantia certa
 1. Contra devedor solvrente (art. 645 - do CPC)
 2. Contra devedor insolvente (art. 748 - CPC).
 3. De prestação alimentícia (art. 732 do CPC)

-Execuções por título extra-judicial (art. 585 CPC 1973)

1. Execução para entrega de coisa certa (

art. 621)

2. Execução de obrigação de fazer e não fazer (art. 632)
3. Execução por quantia certa
 1. Contra devedor solvente (art. 646)
 2. Contra devedor insolvente (art. 746)
 3. De prestação alimentícia (art. 732)

-PROCEDIMENTOS FORA DO COD. DE PROC. CIVIL

1. Execução hipotecária do Sist. Financ. de Habitação (DL nº 70/66 e Lei nº 574/71)
2. Execução de títulos de crédito rural (DL nº 167/57)
3. Execução de títulos de crédito industrial (DL nº 413/69)

III - PROCESSO CAUTELAR

-PROCEDIMENTO COMUM - MEDIDAS INONIHADAS art. 798 CPC)

-PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

-Procedimentos especiais do Código de Proc. Civil Vigente

1. Arresto (art. 813 CPC)
2. Sequestro (art. 822 CPC)
3. Caução (art. 826 CPC)
4. Busca e Apreensão (art. 839)

5. Exibição (art. 844 CPC)
6. Produção antecipada de provas-vistoria
(art. 844 CPC)
7. Alimentos Provisionais (art. 852 CPC)
8. Arrolamento de bens (art. 855 CPC)
9. Justificação (art. 861 CPC)
10. Protestos, notificações e interpelações
(art. 867 CPC)
11. Homologação de penhora legal (art. 874)
12. Posse em nome de nasciturno (art. 877)
13. Atentado (art. 679 CPC)
14. Protesto e apreensão de títulos (art.
882 CPC)
15. Obras de conservação em coisa litigiosa
ou judicialmente apreendida (art. 888, I)
16. Entrega de bens de uso pessoal de cônju
ge e de filhos (art. 888, II)
17. Posse provisória de filhos do casal (art.
888, III)
18. Afastamento de menor autorizado a con
trair casamento contra a vontade dos
pais (art. 888, IV)
19. Depósito de menores ou incapazes imode-
radamente castigados ou induzidos à prã
tica atos contrários à lei ou à moral (
art. 888, V)
20. Afastamento temporário de um dos conju-

- ge da morada do casal (art. 888, VI)
21. Guarda e educação dos filhos regulado o direito de visita (art. 888, VIII)
 22. Interdição ou demolição de prédio perigoso à saúde pública, segurança ou outro interesse público (art. 888, VIII)

-Procedimentos especiais do CPC 1939 cf.art. 1218 do CPC 1973

1. Vistoria de fazendas avariadas (art. 756 CPC 1939)
2. Apreensão de embarcações (art. 757 CPC 1939)
3. Avaria a cargo do segurador (art. 762 - CPC 1939)
4. Avarias (art. 765 CPC 1939)
5. Abriçadas forçadas (art. 770 CPC 1939)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA PARA REDAÇÃO FORENSE

1. Manual de Expressão Oral e Escrita
- J. Mattoso Câmara Jr.
2. Linguagem Forense
- Edmundo Dantes Nascimento
3. Português no Direito
- Ronaldo Caldeira Xavier
4. Os Erros Mais Comuns nas Petições
- Eliasar Rosa
5. A Arte de Escrever
- Silveira Bueno
6. Dicionários de Verbos e Regimes
- Francisco Fernandes
7. Dicionário de Regimes Substantivos e Adjetivos
- Francisco Fernandes
8. Dicionário de Questões Vernáculos
- Napoleão Mendes de Almeida
9. Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa
- Cândido Jucá Filho
10. Novo Dicionário Aurélio
- Aurélio Buarque de Holanda

11. Dicionário de Sinônimos

- Antenor Nascentes

12. Roteiro Prático das Ações

- Luiz Sérgio Affonso de André e
Nilson Altemani